



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6299/02 - REGULA DEFENSIVOS FITOSSANITÁRIOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0630/18	DATA: 20/06/2018	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 11h17min	TÉRMINO: 17h57min	PÁGINAS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Votação do parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião foi suspensa e reaberta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Havendo número regimental, declaro aberta a 18^a Reunião Extraordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, do Senado Federal, e apensados.

Encontra-se sobre a mesa requerimento para votação nominal do requerimento de inversão dos trabalhos, apresentado pelo Deputado Nilton Tato, que passo a ler:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 17 (...), combinado com o art. 186, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de alteração da ordem dos trabalhos para iniciar pela Ordem do Dia seja pelo processo nominal.

Concedo a palavra ao Deputado Nilton Tato para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, estamos nós aqui retomando e anunciando que vamos, sim, fazer resistência contra este relatório, que não interessa à agricultura brasileira e não interessa ao povo brasileiro. Nós vamos utilizar todo o *kit* de obstrução, pois temos clareza de que precisamos derrotar este projeto e derrotar este relatório, porque essa é a vontade do povo brasileiro, essa é a vontade dos agricultores brasileiros.

Eu quero, inclusive, citar trecho de estudo realizado pela EMBRAPA, pois o Relator ou quem defende este relatório e este projeto nega-se a passar essas informações para os agricultores e produtores brasileiros.

Estudo realizado pela Embrapa nas principais regiões produtoras do País avaliou que os custos de produção em lavouras de soja com plantas daninhas resistentes ao glifosato podem subir, em média, de 42% a 222%, principalmente pelo aumento de gastos com herbicidas e pela perda de produtividade da soja. Segundo o pesquisador Fernando Adegas, da Embrapa Soja (PR), os valores sobem, em média, entre 42% e 48%



para as infestações isoladas de buva e de azevém, respectivamente, e até 165% se houver capim-amargoso resistente. Em casos de infestações mistas de buva e capim-amargoso, por exemplo, o aumento médio é de 222%.

Portanto, este projeto, além de envenenar a comida dos brasileiros, também vai encarecer a comida dos brasileiros, vai levar mais veneno aos alimentos, vai levar veneno ao solo do Brasil, vai matar a biodiversidade, vai contaminar os mananciais. Este projeto, se aprovado, vai facilitar a liberação de mais veneno e colocar a agricultura brasileira nas mãos de meia dúzia de empresas que produzem os agrotóxicos. Essa é uma questão de segurança alimentar, mas também é uma questão de segurança nacional. Nós vamos deixar a nossa agricultura nas mãos dessas empresas, como a BASF, a Syngenta, a Cargill, a Monsanto. Isso nós não podemos aceitar de forma nenhuma. Os agricultores brasileiros vão perder o mercado internacional, não vão poder exportar os seus produtos.

Então, eu quero chamar a atenção deste Parlamento, desta Comissão, dos Parlamentares desta Comissão que se dizem defender os agricultores, mas se negam a passar essas informações para eles, mostrar que estão fazendo com que eles gastem mais dinheiro para poderem produzir.

Nós nos vamos utilizar, sim, de todos os instrumentos desta Casa para que esse projeto não avance. Nós queremos uma agricultura que produza alimentação sadia. Nós não queremos que a população brasileira fique doente.

V.Exas. sabem, e todos sabem, os Parlamentares desta Comissão, que tem aumentado o número de pessoas com câncer neste País por causa do alimento que vem comendo.

Eu peço, então, encarecidamente, aos Parlamentares desta Comissão que olhem e ouçam os produtores deste País, ouçam a população brasileira, ouçam os consumidores tanto do campo quanto da cidade, ouçam os interesses deste País em relação ao mercado internacional, porque o que estão fazendo é dando um tiro no pé, porque daqui a pouco os agricultores não terão para quem vender os seus produtos.



Por isso, Presidente, nós nos vamos utilizar de todos os instrumentos para impedir que se avance esse projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto para encaminhar contra, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que nos ouvem, nós estamos votando contra esse requerimento de votação nominal de inversão da pauta. Digo isso para que os Deputados saibam o que estamos votando aqui.

Nós temos que trabalhar muito forte na questão da ciência. Eu tenho um documento da EMBRAPA sobre o Projeto nº 6.299, de 2002, que o coloca como política de defensivos e fitossanitários. Esse é o nome que a EMBRAPA lhe dá. Para mim, para todos os que militam nessa área e têm conhecimento, a EMBRAPA é autoridade máxima nesse sentido. Tenho também a informação da EMBRAPA de que todos os itens duvidosos foram contemplados pelo nosso Relator Luiz Nishimori. Então, nós estamos respaldados por nada mais nada menos do que pela EMBRAPA do Brasil.

Não quero fazer uma crítica, mas quero chamar a atenção da EMBRAPA para o compromisso que ela tem de divulgar para o Brasil e os brasileiros a questão dos defensivos agrícolas — o que são, como são, como se aplicam, se fazem mal, se fazem bem, como é seu uso —, inclusive seu uso no mundo. A EMBRAPA está instalada em diversos países do mundo, levando a nossa tecnologia de graça até, pois nós somos brasileiros bonzinhos e fazemos isso.

Então, eu faço um apelo ao Presidente Maurício, à equipe competente da EMBRAPA, para que leve à sociedade brasileira os seus conhecimentos científicos de pesquisas na área. E me causa estranheza estarmos dentro de um Governo em que cada órgão dá uma opinião, mas uma opinião sem fundamento, porque quem tem os dados técnicos é a EMBRAPA.

Quero dizer também que esses produtos que envenenam, segundo dizem, como o glifosato e o roundup, que o Deputado falou aqui, quando em contato com a matéria orgânica, eu sou agrônomo e conheço isso, eles se dissolvem, não há



resíduo. E aí, se o glifosato está dando resistência a essas plantas, é exatamente isso o que queremos, Sra. Presidente, modernizar as moléculas novas, trazer para o Brasil, para que nós possamos ter tecnologias inovadoras e para que não seja preciso usar produtos que não se usam mais.

Nós estamos fazendo o contrário. Quando nós usarmos as moléculas inovadoras que poderiam ser analisadas e aprovadas pelo Ministério da Agricultura, pela ANVISA e pelo Ministério do Meio Ambiente... Ninguém vai tirar isso. Estão falando por aí, Presidente, que o Ministério da Agricultura vai ficar sozinho para analisar os defensivos agrícolas. É mentira. Não leram o projeto ou há má-intenção dessas pessoas de informar a sociedade de forma errada. Haverá análise dos três órgãos, apenas vai se juntar um colegiado para discutir o assunto, em vez de cada um pôr na gaveta por 1 ano, 2 anos, 3 anos ou até 8 anos. Nós precisamos esclarecer isso, as pessoas têm que saber tecnicamente como funciona.

Mas eu quero colocar uma questão. Tenho mais 1 minuto. Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Por que nós estamos atrasados em relação aos defensivos agrícolas e não estamos trazendo tecnologia? Vejam os números. O Brasil tem 1.800 processos de registro de novas moléculas aguardando análise hoje pelos órgãos do Governo. Sabe qual é a capacidade de análise do Governo? Ela é de 150 processos por ano. Nós vamos levar 12 anos para analisar os produtos que estão sendo colocados para análise pelo IBAMA, pela ANVISA. Nós estamos na fila. A capacidade anual é de 150 processos, temos 1.800, então vai levar 12 anos para fazer essa análise.

E mais, gostaria também de desmitificar a questão de quem usa mais ou usa menos, qual é o consumo relativo de defensivos no mundo, em quilogramas, molécula por hectare. Holanda: 20,8; Japão: 17,5; Bélgica: 12,0; França: 6,0; Inglaterra: 5,8; Brasil: 4,2; Iugoslávia: 4,0; Alemanha: 4,0; Estados Unidos: 3,4; Dinamarca: 2,6. Então, nós precisamos desmistificar a ideia de que o Brasil é o maior consumidor.

E note, Sra. Presidente, a intoxicação pelo mau uso dos defensivos agrícolas, sabe quanto é? Dos milhares que temos em 10 anos, 70% daqueles que foram intoxicados...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Peço que conclua, Deputado. (Pausa.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Eu vou ceder o tempo do PRB para o Deputado Colatto.

(Não identificado) - Só se der meia hora para ele.

(Não identificado) - É pouco para responder o tanto que já falaram.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, eu vou entrar agora na fase de orientação da bancada, pelo prazo de 1 minuto.

Como vota o PT?

Por favor, antes que V.Exa. encaminhe, Deputado Padre João, eu queria que liberassem a bancada, a terceira fileira, pois há vários Deputados em pé. O Deputado Alessandro Molon e o Deputado Bohn Gass estão em pé.

Deputado Padre João tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sra. Presidente, eu espero que seja votação nominal a apreciação deste requerimento e gostaria que fossem identificados quais são os Deputados que, de fato, estão comprometidos com essas multinacionais e que não têm compromisso com a produção, seja da agricultura familiar ou do agronegócio. A ONU e vários setores, como a cafeicultura, os exportadores de café, a WWF têm vários pareceres contrários. Não é verdade que se mantém o mesmo poder para a ANVISA e o IBAMA. Uma coisa é analisar e homologar, outra coisa é ter poder de voto. A EMBRAPA também tem vários setores contrários.

Então, é importante identificar quais são os Deputados que têm compromisso com essas multinacionais, que não têm compromisso com a agricultura nem com o agronegócio do Brasil. Além disso, compromete a exportação, Presidente. É um tiro no coração do próprio agronegócio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

Como orienta o MDB?

Tem a palavra o Deputado por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sra. Presidente, nós percebemos que é bem claro que há um *kit* obstrução para não votar esse projeto. Esse projeto já



teve encerrada a discussão, e nós só temos agora a votação. E a votação do MDB e de toda a base é “não” para esse requerimento, que não passa de um *kit* obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

Como orienta o PSB?

Tem a palavra o Deputado por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sra. Presidente, colegas Deputados, nós do PSB vamos votar a favor do requerimento de votação nominal. E quero aproveitar aqui para desmentir uma informação que circula na Internet de que este Deputado que ora fala estaria votando a favor deste projeto.

Quero deixar isso bem claro. Eu sou agricultor de profissão e ando muito no meio deles. Inclusive, ontem, num grande congresso com mais de 400 agricultores e agricultoras, na FETAG, nenhum deles pediu para mudar a lei dos agrotóxicos nem o nome de agrotóxico para fitossanitário.

Quero fazer este registro e agradeço este espaço de também poder manifestar, desde logo, o meu posicionamento na questão da votação deste projeto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Schuch.

Como orienta o PDT?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT orienta a favor do requerimento, pois é um assunto que requer mais aprofundamento, discussão e, se possível, a não votação nesta Legislatura.

Na mesma linha do colega e companheiro Deputado Heitor Schuch, também sou agricultor, é importante que uma questão fique clara para a sociedade em geral: Agricultor não quer usar mais agrotóxicos, primeiro porque fica mais caro. Quanto mais reduzir o custo da produção, melhor. Então, fazer um movimento aqui para incentivar mais agrotóxico está errado, porque isso fica mais caro para os produtores rurais do Brasil. Nós vimos o que aconteceu nos últimos 10 anos: encarece-se a produção. Segundo, o agricultor não quer usar porque não fez bem à saúde. Quanto menos usar agrotóxico, melhor para o produtor rural.

Estamos falando aqui como produtores rurais. Não é bom aprovar esse projeto. Por isso, a discussão tem que ser aprofundada.



Sou a favor do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o Podemos?
(Pausa.)

Como vota o PTB? (Pausa.)

Como vota o PROS? (Pausa.)

Como vota o Solidariedade? (Pausa.)

Solidariedade, “não”.

Como vota o PCdoB? (Pausa.)

Como vota o PSC? (Pausa.)

Como vota o PPS? (Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Presidente, eu só queria pegar uma contradição dos Deputados que defendem essa proposta.

Agora mesmo, foi dito aqui por um Parlamentar que existem 1.800 moléculas em análise, e a capacidade de análise do Estado é de apenas 150 moléculas por ano. Então, isso vai levar 10 anos, 12 anos.

Mas vejam que, em vez de cuidarmos da saúde, estamos falando o seguinte: como o Estado não tem capacidade para tal, libera geral o veneno. Foi isso o que ele falou aqui. Em vez de se pedir para capacitar o Estado, em vez de pedir que haja pesquisa, análise etc., que se dane a saúde da população. É disso que se trata. É o “liberou geral”.

Como não pensar que atrás disso está a grande indústria agroquímica? Está a BASF, a Mitsui. Os grandes agroquímicos é que o defendem...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PSOL, Deputado? (Pausa.)

Gostaria de pedir ao pessoal da terceira fileira que libere as cadeiras, porque vários Deputados estão chegando.

Como vota o Patriota? (Pausa.)

Como vota o PHS? (Pausa.)

Como vota o PV? (Pausa.)

O Governo já encaminhou.



Como vota a Oposição?

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Como é bom fazermos o debate. Todos aqui achavam que a palavra tinha que ser fitossanitário. Fizemos o debate, e daqui ninguém mais defende fitossanitário. Ou seja, a defesa que fizeram caiu por terra, não tem substância, porque não havia argumento, e ninguém mais a defende.

Agora colocaram a palavra pesticida. É só fazer o debate que daqui a alguns dias ninguém mais vai defendê-la também. Então, nós temos que fazer isso para a sociedade.

E por que nós queremos que se vote nominalmente? Porque, de ontem para hoje, a Associação de Cafés Orgânicos e Sustentáveis do Brasil está dizendo que isso é um tiro no pé, que o Brasil vai perder espaço no mercado de café. Os outros, que são inteligentes, não colocam veneno e vão vender mais. Nós vamos estimular que se coloque veneno e vamos perder mercado.

Votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sra. Presidente, ontem estava aqui também a Bel Coelho, que é uma grande liderança nessa área de culinária da alimentação saudável, contra esse projeto.

Mas eu recebi uma denúncia interessante: "*Ministério da Agricultura tira diretor que queria fim de interferência política na inspeção*". O nome dele é José Luis Ravagnani Vargas. Ouçam o que ele disse: "*A solução para esse tipo de problema passa, principalmente, por um esforço do setor privado em melhorar seus sistemas de autocontrole e em parar de buscar soluções políticas para temas técnicos. Estou certo de que o caminho é sermos inflexíveis quando se trata de cumprimento de regras*".

Na verdade, o MAPA, que já tem a inspeção animal, agora quer a vegetal e retira quem quer cumprir aspectos técnicos.

Nós votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

Em votação o requerimento de votação nominal.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Os contrários queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Peço verificação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço verificação.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Verificação conjunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Verificação conjunta concedida.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O PT entra em obstrução.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O PCdoB entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O PSB entra em obstrução,
Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sra. Presidente, eu queria pedir um pouco de atenção da Mesa porque eu queria fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Pois não, Deputado Covatti. Questão de ordem é só sobre o que está sendo votado neste momento.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Neste momento. Então, depois eu queria fazer a questão.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT está em obstrução.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A Oposição também está em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Enquanto o quórum não é alcançado, eu submeto a V.Exa. uma pergunta. Pergunto se V.Exa., assim que o quórum for alcançado, pode conceder mais 2 minutos para que nós registremos nossa posição em relação a cada tema. Peço 2 minutos — não é uma medida obstrutiva —, assim que for alcançado o quórum, para que nós possamos mudar a orientação e votar de acordo com o mérito da questão.

V.Exa. hoje não está obstruindo, mas pode ser que em outra Comissão um dia esteja. Acho que é um procedimento que não custa nada ser adotado, em respeito à nossa posição de mérito. Não custa nada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos ver. Eu vou...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O PT muda para "sim", Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O PSB muda para "sim".

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT também vota "sim".

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Não cabe, Deputado. Deputado, infelizmente não cabe.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vamos encerrar, Sra. Presidente. Já se atingiu o quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Já se atingiu o quórum. Vou abrir a votação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, só para registrar que aqui também, neste sistema, eu acabo de tentar votar, e ele diz que o voto não foi computado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vote de novo. O meu também. Por favor, repita.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sra. Presidente, aqui não tem obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. não está mais em obstrução. O partido saiu da obstrução. Se V.Exa. quiser continuar...

Não está conseguindo votar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL volta para "sim" no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu vou encerrar a votação.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O voto não está sendo computado. É impressionante. Votamos, mas o voto não entra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Anunciem o voto, cada um.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas, se estamos em votação nominal, não adianta anunciar porque o voto não será registrado.

Obstruímos. Quando tentamos mudar o voto depois que se atingiu o quórum, o voto não é registrado. Há algum problema.



(Não identificado) - Todos os votos "não" foram aceitos. Só os "sim" não estão sendo aceitos. É estranho.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É estranho mesmo. Está aparecendo o tempo todo a mensagem de que o voto não foi computado. Aqui só se computa a favor da matéria; quando é contra a matéria, não se computa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Bom, eu vou encerrar, então, a votação.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Há algum problema nesta Comissão que não sabemos o que é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Na próxima votação, quando se atingir o quórum, eu vou encerrar a votação.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não está certo isso, porque obstruímos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É uma opção minha, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, não é, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É sim.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas não é um direito seu, Presidente. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É um direito meu, sim. Desculpe, está aqui.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - A obstrução é regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É um direito meu. Acabei de ver.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, não é um direito seu. O Deputado pode obstruir e depois querer registrar a sua opinião. V.Exa. pode aguardar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. pode mudar de computador e registrar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O problema é que a tela não deixa registrar. Esse é o problema.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. pode mudar para o lado. Há uma tela.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Todas elas estão iguais. São todas iguais. Ninguém está conseguindo registrar o voto. Eu tenho direito de registrar minha opinião.

(Não identificado) - Sra. Presidente, o tempo é seu. Depois que atingir o quórum, o tempo é seu, Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - V.Exa. não tem o direito de impedir que eu registre o meu voto.

(Não identificado) - Depois de se atingir o quórum, o tempo é da Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não pode ser assim.

(Não identificado) - Há 24 no painel. É 24 o quórum. Então, muita gente já registrou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Posso encerrar? Todo mundo votou?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sra. Presidente, tentei pela terceira vez e não aparece nada lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então dê o seu voto nominalmente.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Não sai no painel.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Presidente Tereza, eu tentei votar três vezes por esta tela. Mudei de tela e não consigo votar. Há algum problema no sistema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Está bom. Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que o sistema só aceita votos dos ruralistas.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Está com problema mesmo, tanto é que o Deputado Valdir Colatto também não conseguiu votar. Não tem a ver com voto; o sistema está com problema.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sra. Presidenta, eu não estou conseguindo nem sequer ligar o meu computador.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Mude de computador, por favor, Deputado Paulo. O Deputado Heitor Schuch votou. Vote no computador que o Deputado Heitor Schuch usou.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidenta, eu só quero dizer à senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Sim, eu sei, Deputado. Eu já entendi.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu só quero dizer que eu já votei, mas eu preciso que alguém conserte isso aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Já há uma moça aí do seu lado.

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado: "sim", 9; "não", 18; abstenção, 0.

Rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, obrigado pelo tempo extra que V.Exa. nos deu para que pudéssemos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu não dei tempo para falar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Para votar. Era só um agradecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada. V.Exa. é muito gentil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele retira a primeira parte do agradecimento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não. Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos lá. Requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, de iniciativa do Deputado Professor Victório Galli, que passo a ler:

Nos termos do art. 50, em seus incisos I, II e III, § 1º, do Regimento Interno, requeiro a inversão da ordem



dos trabalhos da Comissão, de forma que ocorra na seguinte ordem: Ordem do Dia, ata e expediente.

Com a palavra o Deputado Professor Victório Galli, para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos. (*Pausa.*)

O Deputado Sergio Souza fará o encaminhamento.

Então, tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Deputado Professor Victório Galli pede para que façamos o encaminhamento.

Sra. Presidente, a tramitação desse projeto já chegou a 16 anos aqui na Câmara dos Deputados. Nós já encerramos a discussão na data de ontem, após um extenso debate aqui nesta Comissão. A inversão dos trabalhos é para nós darmos celeridade e votarmos o mérito, que é o principal para encerrarmos os trabalhos desta Comissão ainda hoje.

Por isso, nós orientamos no sentido de invertermos a ordem dos trabalhos na aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Sergio.

Tem a palavra o Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, nós não queremos essa inversão da ordem dos trabalhos. Nós até gostaríamos de discutir a ordem dos trabalhos, mas não passando a Ordem do Dia para a frente, por exemplo, da leitura da ata.

Uma série de questões regimentais foi colocada ontem na sessão sobre a possibilidade de realização da sessão com menos de 24 horas da divulgação do parecer do Relator, por exemplo, e nós gostaríamos de começar a sessão pela leitura e discussão da ata. E isso não ocorrerá, se for aprovado esse requerimento de autoria do Deputado Professor Victório Galli, defendido pelo Deputado Sergio Souza.

Eu aproveito a oportunidade, Presidente, para dizer que nós, de fato, vamos obstruir a votação desse projeto.

Procede o que o Deputado Sergio Souza falou há pouco em relação ao requerimento anterior. É, sim, um *kit* obstrução. Nós queremos, sim, impedir a



votação desse projeto, porque nós o consideramos, na forma que está, muito ruim para a saúde, para o meio ambiente e mesmo para a agricultura brasileira.

A ideia de que é necessário aprovar um projeto com esse teor para garantir a alimentação dos brasileiros é algo que nos choca, porque, vejam, no fundo, é como se o próprio setor do agronegócio dissesse que, nos termos atuais, não há como produzir alimentos.

Ora, o argumento que o setor apresenta aqui a todo o momento é da pujança desse segmento econômico, da sua força e da sua capacidade produtiva. Portanto, não aprovar esse projeto não impedirá ninguém de produzir nada, tanto é que os atuais níveis de produção se alcançaram sem a lei nova que se quer ter, com a lei atual.

Então, não é verdade que é fundamental aprovar esse projeto para poder produzir alimento para o Brasil e para o mundo. Aliás, o mundo já produz alimentos para 9 bilhões de pessoas, e há 7 bilhões de pessoas no mundo. Portanto, já há comida em excesso para mais 2 bilhões de pessoas. O problema é a forma como ela é distribuída. Isso é evidentemente. E isso não é uma opinião minha. A Organização das Nações Unidas tem dito isso reiteradamente.

O que esse projeto fará? Vejam que um dos argumentos que vem sendo utilizado é o de que ele permitirá o uso de agrotóxicos mais modernos.

Eu pergunto aos colegas: é moderno registrar substâncias que provocam câncer? Isso é modernidade? É moderno registrar substâncias que causam comprovadamente má-formação fetal? Isso é moderno? É moderno registrar substâncias que causam mutação genética? Isso é um sinônimo de modernidade? Não. Isso é a coisa mais atrasada que há. Isso é a coisa mais velha que há. Isso é o que queremos superar no Brasil.

Os casos de câncer vêm crescendo no Brasil, como tem mostrado o INCA, graças ao uso excessivo de agrotóxicos. O setor que defende a aprovação dessa lei diz: *"Mas os agrotóxicos não são para as pessoas comerem. São para jogar nas lavouras"*. Mas as pessoas comem o que é produzido nas lavouras, e o problema são os resíduos que ficam. Inúmeras pesquisas já mostraram que esses venenos permanecem na comida e vão para o nosso prato.



Então, nós não queremos aprovar uma lei com essa, porque essa é uma lei que trará gravíssimas consequências para a saúde humana. O Brasil vai ver o câncer crescer; o Brasil vai ver mais casos de má-formação fetal; vai ver casos de mutação genética; vai ver casos, por exemplo, de puberdade precoce em bebês. Ontem foi divulgada uma pesquisa que mostra casos de puberdade precoce em bebês. Trata-se de uma criança em uma região onde é espalhado agrotóxico por avião, como infelizmente ainda se faz no Brasil.

Portanto, essa é uma lei muito ruim. E essa nossa posição contrária ao projeto não é uma posição ideológica; ela é uma posição científica. E por que ela é uma posição? Porque ela é a mesma posição da ANVISA, da FIOCRUZ, do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, do Instituto Nacional do Câncer, do IBAMA, do Ministério Público, do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União.

Portanto, ao contrário do que o outro lado diz, aqui não se trata de ideologia — que é importante em muitas disputas —; é mais do que isso: é uma fundamentação científica que prova que aprovar esse projeto é um gravíssimo erro.

Nós somos contrários.

Por isso, votamos “não” à inversão dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

Vamos passar à orientação de bancada. Os Líderes terão 1 minuto.

Como vota o PT, Deputado Patrus Ananias?

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - O Partido dos Trabalhadores encaminha o voto contrário à inversão de pauta.

O nome correto não é pesticida, mas “humanocida”. Nós estamos discutindo aqui a indústria da morte. Há uma empresa “humanocida” chamada Bayer, que produz agrotóxicos, produz venenos e, ao mesmo tempo, produz remédios para a saúde humana. Ao mesmo tempo em que ela adoece as pessoas, os seres vivos, ela oferece remédio, não para curar, mas para preservar o maior tempo possível da doença e, com isso, ganhar mais dinheiro.

Então, nós estamos aqui hoje, colegas Parlamentares, discutindo a questão da vida; discutindo se vamos ou não rejeitar um projeto que é o projeto da morte,



que é o projeto que compromete a vida e a saúde das pessoas, especialmente das nossas crianças e dos nossos jovens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muito bem. V.Exa. segue o Regimento.

Como vota o MDB?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, nós orientamos o voto “sim” e pedimos para toda a base orientação no mesmo sentido.

Só para fazer uma breve reflexão, Sra. Presidente, no Brasil, a expectativa de vida em 1940 era de 46 anos; em 2017, segundo o IBGE, é de 76 anos e, em alguns Estados, de até 80 anos. Isso é uma realidade brasileira. Nós tínhamos 93 milhões de habitantes em 1970 e hoje nós temos 210 milhões. Se olharmos que, em 1970, éramos importadores de alimentos, concluiremos que estamos produzindo, sim, alimentos mais seguros e elevando inclusive a longevidade da população brasileira.

Por isso, orientamos o voto “sim” e pedimos o voto “sim” para a base.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sra. Presidente, o PSB vota contra a inversão da ordem dos trabalhos.

Hoje, no Brasil, os motoristas de caminhão e os motoristas de ônibus precisam, periodicamente, fazer exames toxicológicos para trabalhar e isso tem uma lógica: é preciso que as pessoas que entram num veículo que transporta passageiros de forma coletiva tenham segurança, como também os próprios caminhoneiros que estão nas estradas.

Nós entendemos que existe uma preocupação com esses profissionais e perguntamos: o que o Estado e o Parlamento vão fazer para proteger a vida e a saúde das pessoas que aplicam agrotóxicos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada.

Senhores, aconteceu um fato muito grave nesta Comissão agora. Foi identificada uma mala deixada ali atrás por uma pessoa. Eu não sei se os apitos que soaram ali eram realmente dessa mala. Isso eu não posso afirmar. Essa mala tinha



objetos que simulavam uma bomba. Não havia bomba nessa mala, mas será aberta uma sindicância pela Polícia Legislativa. Já há inclusive imagens da pessoa que a deixou.

É por isso que, às vezes, queremos proibir o acesso, e acham que não somos democráticos.

Trata-se de uma brincadeira de muito mau gosto ou queriam nos assustar, mas era preciso colocar apenas o explosivo para que se tornasse uma bomba que efetivamente explodisse. Eu acabei de ser informada disso.

Vamos suspender a reunião, porque a Ordem do Dia já começou. Depois informaremos aos senhores se vamos continuar esta reunião mais tarde ou não.

Então, esta reunião fica suspensa até às 15 horas, quando eu anunciarrei se nós a retomaremos ou não.

Voltaremos no Plenário 8.

Muito obrigada.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Boa tarde a todos.

Infelizmente, nós estamos encerrando definitivamente a reunião de hoje, porque os trabalhos do plenário vão até mais tarde e não haverá tempo suficiente para continuarmos.

Na próxima semana haverá outra reunião, e todos serão comunicados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Está encerrada a reunião.